A partir do convite dos alunos do Curso de Engenharia Florestal da UFRRJ, para participar de uma mesa redonda sobre a ética na formação do aluno, me vi motivado a redigir estas reflexões. Elas visam muito mais chamar a atenção para estes aspectos e motivar novas reflexões, do que expressar idéias acabadas e inflexíveis.

Outra observação, também a título de introdução, é de que o interesse maior neste caso não é o conceito, nem o discurso, mas a prática. Com isto, boa parte dos termos usados e sua discussão terão como referencial a vivência prática.

O Curso de Engenharia Florestal e o Instituto de Florestas da UFRRJ são hoje exemplos típicos do que está ocorrendo na Universidade Pública Brasileira. A elaboração de propostas, o redirecionamento e a mudança de atitude em Ministérios, Reitorias, Sindicatos (ANDES e ADUR) e outras Associações (como a ABEAS) só passam a “valer” a partir da sua confrontação com a prática de cada docente hoje e sua adoção (ou não) por cada unidade.

Dessa forma, o que se pretende é levantar algumas questões que fazem parte da prática docente, comparando as propostas que têm sido colocadas pelo modelo da chamada “NOVA UNIVERSIDADE” com um resgate das que vêm sendo debatidas pelos professores nos últimos anos.

DEFININDO O CAMPO DA DISCUSSÃO

Antes de entrar na discussão em si, é necessário lembrar aqui o campo da ética a que estamos nos referindo quando inserimos este tema.

A Ética é uma disciplina filosófica, cujos objetivos são os juízos de apreciação quando se aplica a distinção entre o bem e o mal. É teórica e responde à pergunta “O que devo fazer?”

Assim como a Lógica procura a Verdade e a Estética procura a Beleza, a Ética busca o Bem (“juízos de apreciação referentes à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal” - Dicionário Aurélio).

Apesar da subjetividade destes conceitos, podemos adotar a busca do Bem como sinônimo de busca da Felicidade. Para deixar ainda mais claras as nossas referências, na prática poderíamos adotar o conceito de Felicidade dada por Kant (1) - é a satisfação de todas as nossas inclinações.

Ou seja, entendemos como atitude ética aquela que visa e que tem como consequência a satisfação das inclinações, potencialidades e necessidades do profissional e de toda a sociedade. Esta satisfação não é exclusiva. Começa, em nosso caso, com a satisfação de cada docente como indivíduo; deve se estender aos alunos, técnicos administrativos e visar (no caso de ensino) à formação de alunos que trabalhem no sentido de usar a Engenharia Florestal para a felicidade de toda a sociedade (talvez sem exclusões).

MODERNIDADE TÉCNICA X REVOLUÇÃO ÉTICA

Um artigo do Professor Cristovam Buarque(2) analisa com lucidez a questão ética, o “desenvolvimentoismo” que atravessamos recentemente e os novos desafios para o futuro.

---

(1) Emmanuel Kant, 1724-1804 (Dicionário de Filosofia - Gerard Durozoil e André Roussel Papirus, 1993. (Campinas).
(2) Cristovam Buarque - Da Modernidade Técnica à Modernidade Ética In: Desafios Éticos. Conselho Federal de Medicina - Págs. 20 - 44. Brasília.
De acordo com ele, a ciência e a tecnologia avançaram além das expectativas nos últimos cem anos, mas a construção de uma sociedade mais justa não acompanhou este avanço. Correntes capitalistas, marxistas e outras, viam na técnica uma via para a construção da utopia social. Mas isto não se concretizou e a partir dos anos 60 a contestação a este modelo começou a crescer.

A "modernidade técnica" que ainda é a principal referência em muitos setores da nossa Universidade adota um modelo anacrônico e excludente, onde a técnica subordina e se alia à economia, que subordina os objetivos sociais, com todos ignorando os VALORES ETICOS.

Em contraposição a este modelo, o Professor Buque propõe uma "Modernidade Ética", que a partir de valores éticos estabelecidos pelo sistema define os objetivos sociais e serem seguidos através de uma política econômica. Só então se definiriam as opções técnicas a serem seguidas.

Chegando um pouco mais perto, as políticas traçadas para o setor florestal nos últimos 30 anos têm seguido estritamente o primeiro modelo. A existência dos setores de celulose e papel e siderurgia (canvão vegetal) não deixa nenhuma dúvida sobre isto.

Na Amazônia, os plantios de seringueiras abandonadas pela Fundação FORD e a Jari Florestal são testemunhos contundentes deste fato. O que está ocorrendo hoje no Sul da Bahia (Celulose) mostra que este é o modelo ainda vigente e endossado por boa parte da nossa massa crítica acadêmica.

No caso do Setor Florestal, esta "Modernidade Técnica" convive ainda com modelos feudais de extrativismo. A ECONOMIA excludente (exploração de recursos humanos e naturais de forma predatória e visando apenas o lucro máximo) se utiliza da técnica apenas para aprimorar a mineração de um recurso que seria (teoricamente) renovável. Os exemplos são inúmeros; começaram com o Pau-Brasil e continuam hoje com o Mogno, passando pela Seringueira, Castanheira, Jacarandá-da-Bahia, Pinheiro do Paraná etc..

A adoção deste modelo tecnocrata já traz intrinsecamente uma característica inadequada. A desconhecimento com as questões éticas na deliberação e planejamento do empreendimento florestal no País transforma em obra do acaso os possíveis benefícios sociais advindos de sua implantação. E isto já pode ser detectado na prática. Uma grande parte dos empreendimentos mantém a miséria, exclusão e no caso de extrativismo feudal deixa para trás uma "terra arrasada" difícil de se recuperar. É claro que a sua recuperação passa a ser do poder público (recursos da sociedade), o que é cobrado (de maneira cínica) até pelos executores da devastação. Em algumas situações, ainda poderia haver alguma dúvida se a implantação de atividades florestais sob este modelo encontrar uma maior felicidade para as comunidades atingidas diretamente ou indiretamente. Estas situações são pontuais e não podem ser entendidas simplesmente pela "geração de empregos", mas devem ser avaliadas de forma abrangente. Recentemente, uma comunidade na Coréia do Sul decidiu demolir um grande hotel (que funcionava gerando empregos) para voltar a ter a visão de uma montanha incorporada à paisagem (e à cultura) daquelas pessoas.

A REVOLUÇÃO ÉTICA E A INSERÇÃO REGIONAL

Uma questão específica da nossa escola que está ligada ao item anterior se refere à desvinculação da UFRRJ e ao Curso de Engenharia Florestal com a região em que está localizada.

É provável que esta questão tenha causas também históricas. A Rural foi uma das primeiras Universidades Agrícolas no País, estava localizada junto à Capital da República, convivia com uma visão nacional mais abrangente e formava profissionais para todo o País. Com a consolidação de outros centros universitários e a criação de cursos agrícolas em praticamente todos os Estados da Federação, talvez não tenhamos conseguido compreender este novo quadro e mudar para uma atuação mais regionalizada, mesmo guardando a visão geográfica e profissional mais abrangente (que não devem ser perdidas). Junto-se a isto a decadência econômica e política do estado, a redução de recursos para a UFRRJ nos últimos anos e administrações equivocadas, e se consegue
entender-se melhor o porque desta distância.

No caso da Engenharia Florestal outro fator vinha influindo para a disassociação entre o ensino e ações regionais. O modelo que prosperou nos últimos anos no Setor Florestal foi dos grandes projetos industriais que têm como base monoculturas em sistemas de produção rígidos. Este modelo se firmou principalmente entre as Escolas de Florestas de Minas Gerais, mas não em nosso Estado. Como era um modelo adotado por quem delinha o poder do setor florestal, a Escola de Florestas da UFRRJ tentou “vivenciar” este modelo. Só que, ao contrário das Escolas de São Paulo e Minas Gerais, esta nunca foi a nossa principal atividade. Sem explicitar nenhuma filosofia clara, na prática desprezavamos os tipos florestais e as potencialidades do estado, já que não se enquadravam no “modelo” e ficávamos sonhando com os eucaliptais longínquos. Perdemos tempo.

Hoje é preciso aprofundar e ampliar o que boa parte dos professores já vem iniciando. Devemos reconhecer e trabalhar com as potencialidades florestais que sempre tivemos no Rio de Janeiro. O uso indireto de florestas nativas e/ou artificiais como conservação do solo e água é um destes. O uso de espécies arbóreas para propriedades agrícolas, bastante diferenciadas em nosso estado é outra. O desenvolvimento de alternativas ao “modelo” pode e deve ser incentivado, e o estado do Rio de Janeiro tem um grande potencial para isto. A monocultura industrial em larga escala pode ser uma alternativa, mas não a única e nem a prioritária.

A ÉTICA E A PRÁTICA DOCENTE

Reverter a filosofia do ensino de Engenharia Florestal não basta. É preciso que as questões éticas passem a fazer parte do nosso cotidiano. Alguns pontos me parecem de grande importância.

1) A atitude ética exige (e se inicia) na busca da própria felicidade. Ensinar (e aprender) deve ser uma atividade que dá prazer e que permita a satisfação de nossas inclinações e potencialidades ao longo da atividade profissional. A acomodação e submissão à infelicidade não formam nem educam.

Aqui se deve abrir um parêntesis: A falta de condições e a baixa remuneração são bons motivos para lutar individual ou coletivamente por melhores condições, mas nunca para servir como argumento para a falta de empenho. Nos últimos anos é crescente o número de docentes que alega o baixo salário para o menor empenho. Erram redondamente. Não estão contribuindo para melhorar seu salário, estão fornecendo mais argumentos para manter cada vez mais baixos, estão dando um péssimo exemplo profissional e gradativamente vão desprezando seu próprio valor profissional. Certamente, do ponto de vista profissional estão cada vez mais infelizes.

2) Deve-se cada vez mais priorizar a formação do Engenheiro Florestal CIDADÃO. A própria definição do termo Engenharia já carrega uma preocupação neste sentido: “Arte de aplicar conhecimentos científicos e empíricos e certas habilidades específicas à criação de estruturas, dispositivos e processos que se utilizam para converter recursos naturais em formas adequadas ao atendimento das necessidades humanas” (Dicionário Aurélio). É preciso incorporar a filosofia de uso da floresta como um bem para toda a sociedade, conservando-a para as próximas gerações. Estas preocupações devem estar inseridas, do currículo à sala de aula. É preciso levar o Curso às atividades (e necessidades) florestais da região. Levar os alunos às comunidades que vivem e são afetadas diretamente por estas florestas.

3) Deve-se resgatar os princípios do serviço (para o bem) público. A área física, os prédios e as instalações da Rural são patrimônios públicos, mantidos com recursos de toda a sociedade. Os serviços prestados pelos docentes e técnicos administrativos devem beneficiar a toda a sociedade.

O uso destes recursos para empreendimentos privados que não beneficiem amplamente a sociedade não podem ser permitidos.
Neste ponto veio outro parêntese: A grande diversidade de casos existentes, como convênios com empresas estatais, prefeiturais, empresas privadas e etc... desacelera e até inviabiliza regras rígidas. Portanto, a partir de princípios éticos, os Conselhos Deliberativos da UFRRJ deveriam ser mais criteriosos na aprovação destes convênios. Recursos Públicos devem ser priorizados para o benefício de setores da sociedade que necessitem do apoio público (como pequenos agricultores ao invés de empresas agroindustriais, por exemplo).

4) Os interesses corporativos podem e devem se basear em princípios éticos e beneficiar toda sociedade.

A palavra corporativismo virou palavrão. Com a mudança de governo no País, a partir do início de 99, o ataque a este termo vem sempre junto de outra expressão - "mudança de paradigmas", que serve de "base" de ataque.

Como ambos têm sido usados de forma distorcida e muitas vezes maliciosamente, vale refletir sobre as conotações que têm sido dadas para cada um.

"Mudança de Paradigmas" é uma expressão que passou a ser usada por alguns autores (F. Capra principalmente) a partir de uma crítica ao modelo reducionista aplicado pela ciência nos últimos séculos e adotado pela civilização "moderna". Neste modelo se tentava entender o todo através da análise de suas partes. Partindo do princípio de que o todo difere da soma das partes, estes críticos passaram a sugerir uma abordagem holística na ciência, onde o estudo passasse a enfocar todos os componentes e suas interações. Esta crítica leva necessariamente a um caminho ético - não dá mais para, por exemplo, pensar e agir só na economia, separada das pessoas e do ambiente.

A adoção deste novo paradigma pode nortear de forma legítima e positiva os interesses corporativos. As necessidades de um determinado grupo da sociedade (a classe de Engenheiros Florestais, o Departamento, o Instituto de uma Universidade, a própria Universidade, os docentes das Universidades do País e assim por diante) só podem ser sentidas pelo próprio grupo. As soluções devem ser buscadas por ele, baseado em sua vivência, mas objetivando sempre o melhor para o grupo, para o todo (a sociedade) e participando de seu conjunto.

E verdade que nem sempre, houve clareza, por parte de alguns grupos, de que o bem da corporação deve estar atrelado ao "bem comum".

E ai está o equívoco que a sociedade passou a chamar "negativamente" de corporativismo. Qualquer parte de nosso corpo funciona de maneira integrada e orgânica. Uma disfunção (para mais ou para menos) tem reflexos em todo o corpo e volta para a mesma parte. Está tudo ligado.

5) A Universidade é o local onde estas questões podem e devem ser abordadas.

Mais importante do que sugerir possíveis mudanças, deve-se lutar para que estas questões voltem a ocupar os espaços de nossas atividades docentes, publicações, salas de aula, seminários, defesas de monografia e etc... A filosofia e a ética devem fazer parte do dia-a-dia acadêmico.

Neste sentido é importante se incentivar as discussões de ideais. Quanto mais os mecanismos e canais abertos, melhor.

A criação da própria revista "Floresta e Ambiente" já se constituiu em grande passo para isto. As opiniões resgatadas dos corretores e as contribuições científicas passam a ser expostas de forma mais intensa em nosso meio e isto gera novas críticas, debates e etc.

A certeza de que todos na UFRRJ e em particular no IF buscam a felicidade (também) profissional nos deixa mais confiantes da superação dos desafios que estamos vivendo.

Não acredito que esta va contra as necessidades corporativas positivas e o bem público; pelo contrário, se reforçam. Só precisamos agora refletir e adotar uma prática que nos aproximem ainda mais desta utopia.
É preciso ainda chamar a atenção para uma outra conotação que tem sido difundida recentemente, principalmente pela corrente neoliberal dos novos governos no País (Federal, Estaduais e Municipais), que reduz a "mudança de paradigma" ao novo modelo econômico/trabalhista iniciado no Japão ("Toyotismo") e adotado pelos países desenvolvidos. Este modelo ataca "por dentro" os Sindicatos dos Trabalhadores e combate o "corporativismo" aqui com a conotação de grupos que lutam exclusivamente por seus interesses em detrimento da sociedade. Esta questão poderia ser longamente debatida, mas neste momento vamos só lembrar dos fatos que expressam a fragilidade desta linha. A primeira é a constatação que a adoção do "Toyotismo" não parece estar levando a sociedade a uma situação de maior felicidade, muito pelo contrário (4). Além disso, as correntes neoliberais no Brasil, de maneira contraditória, como apresentam em grande aliadas e/ou apoia das pelo "Sindicalismo de Resultados", que expressa claramente a luta exclusiva pelos seus interesses, dissociados da sociedade (FORÇA SINDICAL) e se contrapõem ao sindicalismo que associa as suas lutas à melhoria da sociedade (CUT). Ou seja, apoiam o sindicalismo que se enquadraria melhor na conotação negativa do "corporativismo". Poderia-se (4) questionar as posições políticas da CUT, o seu entendimento e sua análise da sociedade, poderia-se questionar em alguns momentos a sua intransigência (firmezza ?) mas esta veio sempre em função de uma visão do todo (da sociedade).

(4) Bernardo Joffily - Uma Revolução que desafia os Sindicatos - Revista de Fato, Ano 1, nº 2, Pags. 14-25, São Paulo, 1993/94 questionar as posições políticas da CUT, o seu entendimento e sua análise da sociedade, poderia-se questionar em alguns momentos a sua intransigência (firmezza ?) mas esta veio sempre em função de uma visão do todo (da sociedade).